

# Não há motivo de alarme

*Conferência da  
OMM*  
N. 14/3/84

Nas inúmeras reuniões preparatórias da Conferência Extraordinária da OMM, a que tenho tido oportunidade de assistir, parece-me existir um sentimento de medo e haver más interpretações sobre os objectivos principais da reunião de Abril.

Nas reuniões populares e nos inquéritos dirigidos a grupos de mulheres da capital, têm havido casos de pessoas que se sentem complexadas em responder às perguntas colocadas pelas brigadas da OMM. Até há casos de agitação no seio das mães solteiras.

Pensa-se em medidas punitivas para as mães solteiras, para mulheres divorciadas ou separadas dos seus maridos. Os polígamos sentem-se ameaçados e há uma série de interpretações que, se não forem corrigidas, poderão trazer resultados desagradáveis e agravar os problemas sociais e culturais da mulher.

Para esses casos, que são simplesmente confusão, podemos afirmar que não há motivo de alarme. A Conferência Extraordinária da OMM, cuja realização foi decidida pelo Presidente Samora Machel, tem como objectivos principais fazer o levantamento e estudo dos problemas da Mulher Moçambicana, problemas sociais e culturais que, manifestando-se de várias formas, acabam por constituir obstáculos para a emancipação total e completa da Mulher Moçambicana.

A Conferência Extraordinária da OMM é pois uma escola em que serão conhecidos os problemas da sociedade no seu todo, indicando também as razões, vantagens e desvantagens que cada prática social arrasta consigo.

Com esta confusão que se estava a gerar, principalmente entre mulheres analfabetas, podia-se chegar a uma situação de conformismo, em que uma divorciada ou separada possa pretender voltar ou juntar-se a um homem com quem já não existe reconciliação possível. Isso pode dar maus resultados no relacionamento social, para além de outras inconveniências para a sociedade.

As mães solteiras devem compreender, antes de tudo, que o estudo dos problemas da mulher não tem em vista nenhuma medida punitiva.

No estudo dos problemas da mulher não se faz, nem se fez um relacionamento entre estes e medidas administrativas. Não temos exemplos claros do que pode provocar a confusão.

LOURENÇO JOSSIAS